

Artigo – Administração Brasileira.

Porque as Empresas Devem Educar

*Nome: Anna Maris Pereira de Moraes¹
Universidade Federal Fluminense*

Resumo

O artigo expõe a situação da educação no país buscando demonstrar a necessidade do engajamento das empresas no processo educacional. A função educacional merece adesões de mais empresas por contribuir para incrementar o seu capital intelectual, facilitando desta forma o crescimento e desenvolvimento sustentado.

Palavras chave: educação; desenvolvimento; competitividade.

Abstract

This work reveal the educational situation in our country demonstrating the necessity of company's involvement on educational process. The educational function deserves adhesions of more companies for it contributes to increade its intellectual capital, making easy our growth and sustainable development.

Keywords: education; development; competitivite.

[Artigo Publicado Originalmente na Revista Administração & Sociedade, v.1, n.2, jul/dez 1999.]

¹ Mestrado em Administração (UFF).

Introdução

Na década de 50, início da industrialização no Brasil, as empresas não faziam qualquer exigência quanto à escolaridade para admitir novos funcionários. Entretanto, a partir da década de 80, passaram a dar preferência aos candidatos que tivessem, pelo menos, o primeiro grau completo.

A capacidade de aprender está se tornando um requisito para o emprego, e um requisito que exige a atenção deliberada e o compromisso de todos.

Como diz Peter Senge em *The Fifth Discipline: The Art and Practice of - the Learning Organization*:

O verdadeiro aprendizado nos remete ao âmago da condição humana. Por meio do aprendizado, nós reciamos. Por meio do aprendizado, tornamo-nos capazes de fazer algo que anteriormente não conseguíamos. Por meio do aprendizado, *adquirimos uma nova percepção do mundo e de nossa relação com ele. Por meio do aprendizado, ampliamos nossa capacidade de criar, de ser parte do processo gerador da vida* (1990, p. 14).

Aprender não é apenas uma atividade desinteressada. Em geral, as pessoas buscam a educação sistemática porque conseguem resultados financeiros e psicológicos que podem ser medidos. O aprendizado no trabalho é importante porque: pode representar a diferença entre ser promovido, permanecer na empresa ou ser demitido; quem aprende intencionalmente fica capacitado a enfrentar as tarefas mais complexas que se apresentam; e desenvolve um senso de controle mais apurado, adequado ao trabalho em equipe.

O aprimoramento educacional dos funcionários significa para a empresa a diferença entre uma posição medíocre no mercado e uma posição de liderança entre os concorrentes. Significa também a capacidade de adaptar-se rapidamente às mudanças ambientais, ampliando as possibilidades de aproveitar as oportunidades que lhe oferece a adoção de tecnologia nova e mais avançada.

Este cenário leva a algumas questões básicas, a saber:

· Até que ponto é função das empresas privadas, preocupadas com o lucro, e sem dúvida também preocupadas com sua imagem institucional, suprir a falta da educação básica de seus funcionários?

· A promoção do processo educacional pelas empresas será suficiente para suprir a necessidade de mão-de-obra qualificada que o Brasil demanda, como condição essencial para o seu desenvolvimento?

· A educação deve ser fator indispensável em qualquer plano estratégico de crescimento e/ou desenvolvimento da empresa?

A educação deve ser aqui discutida num contexto amplo, demonstrando sua influência na mudança do comportamento, interno e externo às organizações.

O conceito de educação será associado à geração do conhecimento, constituindo a principal via para alcançar o desenvolvimento da Nação e do espírito de cidadania, a competitividade e o consequente retorno do investimento na atividade empresarial, por constituir-se no instrumento ou matéria-prima básica da inovação.

Deve-se procurar, cada vez mais, a integração empresa/educação como binômio indispensável à geração do conhecimento, entendendo que o treinamento puro e simples não se coaduna com a época em que vivemos por ser necessária a iniciativa e a criatividade para resolver os problemas complexos com os quais os administradores se defrontam. A educação deve substituí-lo, pois somente assim consegue-se evitar o efeito domesticador do treinamento cuja tendência é formar fiéis seguidores e não gente competente, capaz de criar e de pensar.

Daí a necessidade de a empresa no Brasil suprir a deficiência da educação básica como condição para tornar-se competitiva. Somente desta forma, a participação do homem no processo produtivo far-se-á por inteiro, não separando os seus músculos do seu cérebro e da sua emoção.

A situação atual da educação no Brasil

Estudo patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) prevê estagnação na economia da América Latina no próximo século em consequência do péssimo ensino oferecido nas escolas públicas do continente. A má qualidade da educação produzirá um impacto negativo no crescimento e será o maior obstáculo para a região reduzir suas desigualdades sociais. Segundo o estudo, o Brasil tem o pior desempenho: 53% das crianças repetem a primeira série do primeiro grau, quando a média no continente é de 42% e somente 1% dos alunos brasileiros consegue completar a sexta série, sem repetir um único ano – taxa só equivalente à do Haiti.

O relatório chama atenção para o fato de que apesar de ser a educação o mecanismo mais importante para reduzir as desigualdades sociais, quando o sistema educacional é muito ruim, produz resultado oposto, isto é, aumenta as desigualdades.

Na década de 60, o Brasil se comovia com as reportagens que mostravam filas nas portas das escolas, na luta por uma vaga. Ainda hoje esta situação se repete e o país, às vésperas do ano 2000, se encontra com um contingente de analfabetos maior, em números absolutos, que o existente no início do século.

A situação, efetivamente, não é boa. O ano de 1998 começou com cerca de 2% das crianças brasileiras entre 10 e 14 anos longe dos bancos escolares. Isto representa algo em torno de 3,1 milhões de crianças.

O quadro torna-se mais alarmante quando se considera um total acumulado de 20 milhões de analfabetos absolutos. Deve aqui ser considerada a definição que a Unesco adota para analfabetos, desde 1978, qual seja: “É analfabeto funcional aquele que não consegue desempenhar funções na comunidade ou no grupo em que a escrita é necessária, nem consegue melhorar seu meio através de recurso à leitura e da habilidade de fazer contas”.

Portanto, o indivíduo que apenas desenha o seu nome num título de eleitor ou numa carteira de trabalho é considerado analfabeto, apesar de estar apto a votar (até os

analfabetos absolutos votam atualmente) e poder trabalhar (resta saber se conseguirá emprego).

Assim, Ib Teixeira afirma que: “De fato, o número de analfabetos funcionais existentes no país pode chegar hoje a 30% do total da população brasileira” (1998, p. 33).

Convém lembrar que na sociedade do conhecimento, conforme Peter Drucker denomina a atual era que vivemos, o nível de empregabilidade do analfabeto funcional é quase nulo e o conceito é variável de país para país. Na Polônia e no Canadá, por exemplo, é considerado funcionalmente analfabeto todo adulto com menos de oito anos de escolaridade.

Entretanto, o quadro até agora delineado torna-se catastrófico se considerarmos a qualidade do ensino. Num comentário crítico sobre o assunto, Ib Teixeira afirma que:

Pesquisa recente evidencia que 70% dos alunos nas séries finais do 1º e 2º graus não sabem resolver problemas de matemática, o que, aliás, não deve riar causar muita estranheza ao Ministério de Educação, uma vez que milhar de escolas públicas brasileiras não dispõem de professores para a matéria (1998, p. 33).

A situação do ensino médio que deveria ser, por força da lei, até 1997, profissionalizante, também é desoladora. O Brasil conta com apenas 12.603 escolas desse nível para uma população, entre 10 e 15 anos, de cerca de 25 milhões de crianças. Estão aí matriculados apenas 4,2 milhões de jovens, ou seja, 16% da faixa respectiva. Só para uma comparação, a Coréia do Sul tem 90% desta faixa etária no curso secundário; o Chile, 80%; o Uruguai, 84%. Até o Egito, considerado um país pobre, tem 80% de sua população jovem na escola secundária; o Sri Lanka tem 74%, o Togo tem 23%, e Bangladesh, 19% TEIXEIRA, 1998,p. 34).

Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério de Educação e Desportos apresenta, por outro lado, uma visão mais otimista com os seguintes dados retirados do diagnóstico que fez da população escolar brasileira, em 1998, para explicar as soluções propostas pelo governo brasileiro para os problemas educacionais:

O Brasil tem hoje em torno de 51,5 milhões de estudantes, o que equivale a cerca de um terço de sua população, com a seguinte distribuição: 34,2 milhões no ensino fundamental; 5,7 milhões na pré-escola ou em classes de alfabetização; 6,4 milhões no ensino médio; 0,3 mil na educação especial; 2,9 milhões no ensino supletivo e 1,9 milhões no ensino superior. Portanto, é um sistema de massa, que exige vultosos investimentos e responde por 89,3% das matrículas do ensino fundamental; 80,2% do ensino médio e 38,35% do ensino superior (1998).

Em termos percentuais, cresceu o número de crianças de sete a 14 anos que estão na escola de 1950 para cá: em 1950, eram 36,2%; em 1960, 45,4%; em 1970, 67,1%; em 1980, 80,4%; em 1991, 86,1%; em 1996, 90,8% e em 1997,93%. Como se pode constatar, segundo dados do Ministério da Educação, nunca na história brasileira tantas crianças frequentaram os bancos escolares. Em dez anos, de 1960 para 1970, houve um salto de 48% na taxa de escolarização – no mesmo período, o crescimento populacional foi de 28%.

Com relação ao ensino médio, Cláudio de Moura Castro faz uma lúcida análise no

Seminário Internacional de Avaliação da Educação, promovido em 1998, da qual convém destacar alguns aspectos. Segundo o autor, a escola básica é uma só em termos de currículo e conteúdo programático a ser trabalhado com os alunos, variando, claro, a qualidade do ensino ministrado. Já o ensino superior é completamente segmentado, havendo uma escola para os médicos e outra para os advogados. Em contraste, o ensino secundário é objeto de muitas versões percebidas já nos objetivos que pretende alcançar que compreendem: preparar cidadãos para viver em uma sociedade moderna, preparar os alunos para a educação superior e treiná-los para o mercado de trabalho.

Os dois últimos objetivos, como pode ser constatado, competem entre si, quando nada, pelo tempo requerido para dominar corretamente os respectivos conteúdos que necessariamente deverão ser diferentes. Escolas técnicas requerem conteúdos programáticos e ambientes físicos distintos daqueles onde prospera o estudo da matemática moderna, da ortografia e dos verbos irregulares. Há que conciliar, então, as tarefas de preparar para o ensino superior e as de preparar para o trabalho. Considerando a proporção gigantesca de alunos que não alcançaram o terceiro grau pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho, não faz sentido adiar a oferta de cursos profissionalizantes. É preciso oferecer preparação para o trabalho para os que vão atolando na escola formal e acabam desistindo.

Recebendo alunos com níveis de aptidão muito diferentes, o segundo grau tem que oferecer-lhes as opções de ir trabalhar ou de entrar no ensino superior, colocá-los todos juntos não pode dar certo. Assim, é necessário acomodá-los em lugares diferentes e em programas diferentes.

A maior necessidade das próximas décadas será de técnicos, principal mente no Brasil. Entretanto, os técnicos de que necessitamos para promover o crescimento brasileiro não são os sucessores dos operários de ontem. Eles são os trabalhadores bem qualificados que possuem também grande conhecimento e capacidade de aprender continuamente.

A influência da educação no mercado de trabalho

E simplificar muito o problema do desemprego responsabilizar-se a tecnologia por suas altas taxas. A esse respeito, o professor José Pastore declarou em entrevista recente a Eliana Simonete da *Revista Veja*:

Há países avançados que usam intensamente a tecnologia e têm desemprego baixo. Outros têm desemprego alto. E todos têm mais ou menos a mesma taxa de crescimento e são similares em termos educacionais [...]. A explicação que está surgindo da pesquisa é a seguinte: quando a tecnologia cai num ambiente com crescimento e educação baixos e legislação trabalhista inflexível, provoca desemprego. Quando a legislação é flexível, os trabalhadores são educados e a economia cresce, o efeito no desemprego é desprezível (1998, p. 11).

O Brasil encontra-se na primeira situação: crescimento baixo, educação ruim e legislação trabalhista inflexível. A tecnologia aqui desemprega, e o trabalhador pouco qualificado, com educação baixa e, portanto, reciclagem difícil tem dificuldade de encontrar outra colocação.

Temos, então, problemas de difícil solução entre os quais a educação se destaca, pois qualificar mão-de-obra para novas e complexas tecnologias tem solução demorada, por não poder restringir-se apenas a mero adestramento; mas sim a educação.

Qual seria, então, o perfil do profissional necessário na produção, neste momento, no Brasil? Deve ser um trabalhador que tenha bom senso, lógica de raciocínio, entendimento do que lhe é dito, capacidade de se comunicar, de transferir conhecimentos de uma área para outra e de trabalhar em grupo. É, portanto, um trabalhador com um perfil diferente do profissional de 30 anos atrás que somente precisava ser capaz de realizar bem tarefas específicas. Há, portanto, que se melhorar a qualidade da formação educacional no Brasil. Não há nada pior do que a obsolescência humana.

Vontade política, recursos adequados e controle de qualidade são remédios infalíveis para a doença crônica da ignorância, do atraso e da servidão. Parece cada vez mais claro que os países que almejam algum crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida da população estão valorizando mais o ensino porque a economia está cobrando cada vez mais capacitação e cultura da mão-de-obra. Está ficando muito claro que a educação é o maior fator de mobilidade social que existe, simplesmente porque sem ela aumenta a dificuldade de encontrar e/ou manter um emprego.

Nota-se o estrangulamento de um sistema educacional, quando a demanda de pessoal qualificado pelo setor produtivo passa a não ser suprida, entendendo-se, entretanto, que, apesar da ansiedade gerada por tal situação, pode-se vislumbrar na crise/conflito uma oportunidade única de mudança.

Como se pode deduzir, não se trata apenas de um problema exclusivamente social, mas se deve perceber a educação como uma questão econômica, essencial para redução de custos e aumento de produtividade. Os trabalhadores já entenderam que devem engajar-se aos programas educacionais promovidos pelas empresas pois hoje eles representam a principal e única garantia de seus empregos, na medida em que guardam relação direta com seus conhecimentos e a competência necessária para mantê-los.

Em função da precariedade da educação na América Latina, uma parceria com as empresas asseguraria uma melhoria significativa para as escolas na região. Essa experiência foi muito positiva no Canadá e Estados Unidos. Há 30 anos não havia interesse das empresas em desenvolver essa parceria. A situação mudou a partir de 1980, nos Estados Unidos e na Europa. As empresas começaram a interessar-se pelas mudanças na educação em todos os níveis, sendo hoje, nos Estados Unidos, a força mais importante para promover a reforma educacional. Entretanto, a motivação das empresas não foi, inicialmente, idealista. Elas não tinham ideologia nem diletantismo para promover mudanças na educação. Passaram, num primeiro momento, a se preocupar com a qualificação da mão-de-obra, com a concorrência numa economia global, com a melhoria da produção, com funcionários melhores com capacidade para decidir de forma autônoma no chão da fábrica. Descobriram que a boa educação pública é importante para manter a competitividade internacional.

Os países desenvolvidos e, também, alguns países emergentes já perceberam que a educação é o elemento propulsor do desenvolvimento tecnológico e da modernização de sua economia, daí porque consideram a educação como investimento estratégico para o desenvolvimento, a inserção soberana nos blocos econômicos e a participação ativa no comércio mundial com a integração nos mercados globalizados.

O trabalho de boa qualidade, eficiente e eficaz, só se tornará possível numa

comunidade que possuir como pré-requisito uma sólida educação básica. Para tanto é indispensável investir constantemente na qualificação da mão de obra, via aplicação de recursos em educação.

Desta forma, a visão do empresário brasileiro deve mudar, e cada funcionário deve ser visto não mais como um componente de custo, mas sim como um recurso, fonte de conhecimento para o aprimoramento do processo produtivo que almeja alcançar índices internacionais de qualidade, produtividade e competitividade.

Conclusão

A importância do conhecimento no atual contexto mundial e da educação como a principal fonte de desenvolvimento sustentado perpassou os aspectos aqui apresentados.

O interesse em discutir essa questão surge da constatação do baixo nível de escolaridade da população brasileira e do entendimento de que o crescimento econômico, a produtividade, a justiça social e a qualidade de vida são partes indivisíveis do processo de desenvolvimento que deve ser global, sustentado e centrado nas pessoas.

Sem o investimento em educação, necessário ao desenvolvimento da capacidade humana e da cidadania, impossibilita-se o país de ocupar o lugar que lhe cabe no contexto internacional.

Empresas de todos os portes e empresários de todas as nacionalidades e tendências, políticas ou ideológicas, deverão incorporar aos seus negócios esta maneira de pensar, sob pena de adotarem a tática mais rápida para o fracasso empresarial.

A administração tradicional precisa dedicar a maior parte de sua energia, tempo e recursos, na busca do verdadeiro valor das organizações: sua inteligência competitiva, ou seja, o seu ativo intangível.

Se a educação continuar abandonada pelo setor público deficitário, será impossível almejar o desenvolvimento, fundamental para a justiça social e para a qualidade de vida.

Naturalmente, a ação individual dos empresários não será suficiente para suprir a necessidade de mão-de-obra qualificada que o Brasil demanda, como condição essencial para o seu desenvolvimento.

A tarefa é gigantesca e a posição estratégica que a educação ocupa no desenvolvimento nacional determina ser esta uma política do governo e sua ação precípua, entretanto, com certeza, a parceria iniciativa privada/ poder público é imbatível no combate ao atraso e ao subdesenvolvimento.

Convém também ressaltar nesta parceria o aspecto extremamente positivo do comprometimento que gera, entre os empresários, a idéia de que não devem esperar que o governo faça toda a tarefa sozinho e sim procurar contribuir com a sua parte, em auxílio da construção nacional.

Sem dúvida alguma, não é o espírito humanitário, unicamente, que deve mover as empresas no desempenho da função educacional. A atividade empresarial precisa ser geradora de lucro, até para manutenção do equilíbrio dinâmico necessário à busca dos objetivos traçados.

Por outro lado, uma cultura sólida, com alinhamento de valores e princípios,

clareza de missão e a determinação de uma visão compartilhada será, cada vez mais, fator de diferenciação competitiva das organizações.

Referências bibliográficas

SENGE, P. *The fifth discipline : the art and practice of the learning organization*. New York : Doubleday/Currency, 1990.

CASTRO, C. MOURA. O secundário : esquecido em um desvão do ensino? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO, 9., 1998. [S.1 : s.n.]. *Anais...* 1998.

PASTORE, José. É hora de acordar. Entrevista a Eliana Simonete, *Veja*, São Paulo, 1998.

TEIXEIRA, Ib. *A educação de cabeça para baixo?* São Paulo : Conjuntura Econômica, 1998.